

A Cidade da Esperança¹

Oriol Nel.lo*

“Podem sobreviver as nossas cidades?” perguntava-se Josep Lluís Sert do seu exílio americano de Cambridge, Massachussets, no início dos anos 40. Quem observa a trajectória da cidade de Barcelona no último quarto de século sente-se inclinado a responder afirmativamente à questão: sim, as nossas cidades podem transformar-se em melhores locais para viver e conviver. Durante este período, Barcelona conheceu uma mudança estrutural da sua economia – que lhe permitiu transformar-se de uma cidade eminentemente industrial, num centro de serviços – e ao mesmo tempo empreendeu uma notável transformação física. Como resultado destas dinâmicas, a cidade surge mais rica, mais culta, propiciadora de mais bem-estar, mais bem equipada e relativamente menos desigual. Por todas estas razões, para muitos, nos mais diversos locais, Barcelona transmitiu uma imagem de esperança: a esperança de que as nossas cidades não estão condenadas a converter-se numa selva não eficiente e não solidária, mas que podem enfrentar os seus problemas em benefício da maioria da população.

Não obstante, a evolução futura de Barcelona não está isenta de desafios importantes. Reptos que se relacionam com a posição da cidade nas redes urbanas mundiais, com a forma como se difunde sobre o território, com a funcionalidade das suas próprias redes urbanas, com a sua coesão social, com a capacidade de se dotar de um sistema adequado de governo. Estes são os desafios de hoje e de amanhã: posição, forma, função, coesão e governação.

Posição: qualquer um, e ninguém, pode ser o centro

Num sistema urbano cada vez mais integrado, a posição que cada cidade ocupa nas redes globais depende de dois factores: por um lado, a sua oferta urbana (acessibilidade externa, capacidade de inovação nas universidades e empresas, qualidade dos equipamentos e serviços,...) e, por outro lado,

a imagem que projecta. Nas últimas décadas, Barcelona melhorou extraordinariamente em ambos os aspectos. Assim o demonstram a evolução muito positiva dos investimentos externos, o aumento das exportações, o incremento do turismo. Os rankings de cidade que certa imprensa especializada pública regularmente também materializam esse espírito, colocando Barcelona entre as seis primeiras cidades europeias em termos de atracção económica, apenas atrás de Londres, Paris, Frankfurt, Bruxelas e Amesterdão. Não obstante, a cidade tem ainda importantes deficits em dois campos: primeiro, no investimento em infraestruturas – porto, aeroporto, comboio de alta velocidade, rede viária – assistindo-se a atrasos significativos e a pressões perante as necessidades; segundo, na contínua debilidade em termos de presença de empresas e centros de inovação. Para inserir-se com êxito no concerto mundial de cidades, haverá que fazer frente a estas lacunas. Não tanto em termos da pretensão, hoje absurda, de ser o centro ou a capitalidade única de uma área mais ou menos extensa, como se havia sonhado no passado, mas sim de se tornar um nó fundamental nas redes mediterrânica, europeia e mundial. Aos sistemas urbanos – a todos os níveis de escala – se pode aplicar cada vez melhor a descoberta de Galileo Galilei, escrita por Brecht: “O universo, que durante a noite perde o seu centro, tem afinal uma infinidade deles pela manhã. Assim, qualquer um, e ninguém, pode ser o centro. Num pleno, há muito lugar”. Num pleno, há muitos lugares: é esta a oportunidade de Barcelona.

Forma: para uma cidade de cidades

Um dos mais destacados desafios na transformação física de Barcelona tem sido, claramente, a aposta na reabilitação do espaço construído, pela noção de que a cidade contemporânea se deve desenvolver sobretudo pela sua transformação interna, e não tanto pela sua extensão sobre o território. Parafraseando as palavras precisas de Oriol Bohigas: “Fazer cidade

* Professor do Departament de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona. Deputado no Parlamento da Catalunya. Contacto: Onello@parlament-cat.es

¹ Tradução de João Seixas

quer dizer higienizar² os bairros velhos e monumentalizar a cidade nova. Tornar a construí-la nos estritos limites do que já existe, de maneira que o que existe assuma confortabilidade e representação”. Não obstante, os desenvolvimentos na requalificação de zonas antigas como o Raval, Poblenou ou Nou Barris, não têm conseguido evitar a dispersão de urbanização em espaço metropolitano, muito para além “dos estritos limites do que já existe”; dispersão esta que tem resultado numa ocupação acelerada de solo, na banalização e degradação da paisagem, no aumento dos custos na prestação de serviços, no incremento de consumos energéticos, na exarcerbação da mobilidade. Os danos ambientais, económicos e sociais resultantes da continuidade destas tendências são, de acordo com os *experts*, insuportáveis. Perante a dispersão urbanizacional, perante a “não-cidade”, há que continuar a defender a cidade compacta, complexa e integrada. Esta defesa, no entanto, deve situar-se a outros níveis de escala, assumindo plenamente o fenómeno metropolitano. Na verdade, querendo basear a luta pela compacidade em termos da potenciação de um único centro urbano, a pressão sobre a cidade central seria tão intensa que esta se traduziria – por via das densidades e dos preços – em novos processos de segregação e exclusão. O objectivo será prospectar uma metrópole articulada por um conjunto de cidades em rede. Uma metrópole “polinodal” em que, juntamente com Barcelona – cabeça, motor e símbolo – o território se vertebrasse sobre uma constelação de núcleos potentes, integrada quer por aqueles que têm uma larga tradição urbana – Mataró, Granollers, Sabadell, Terrassa, Vilafranca e Vilanova – quer pelos que agora emergem – Sant Celoni, Mollet, Cerdanyola, Sant Cugat, Sant Sadurní e Sitges. Toda a região metropolitana se articularia como um conjunto de espaços ambientalmente respeituosos, economicamente eficientes e socialmente solidários. Uma cidade integrada por cidades. Uma cidade de cidades.

Função: tudo o que é sólido se desvanece no ar

O processo de metropolização comportou a expansão da área urbana de Barcelona e a dispersão

da urbanização sobre o território. Como não podia deixar de ser, este processo viu-se acompanhado por uma terceira dinâmica: a progressiva especialização de cada município, bairro e lugar da região metropolitana, em relação ao seu conjunto. Do ponto de vista económico, esta evolução inclui vertentes positivas, ao potenciar a especialização de determinadas áreas em sectores económicos, desenvolvendo assim sinergias e complementaridades. Porém, do ponto de vista funcional, se a especialização se leva a extremos – separando residência, actividades produtivas, comércio e lazer – esta conduz a problemas muito sérios: por um lado, o incremento das necessidades de mobilidade; por outro a destruição da convivência de usos – que é, sem dúvida, dos mais essenciais atractivos e potencialidades da vida urbana. O velho urbanismo de zoning, que demarca de forma taxativa usos únicos para cada área, contribuiu em certa medida para esta evolução. São necessários, por conseguinte, novos instrumentos de intervenção pública que promovam a mistura creativa e enriquecedora de usos (que se demonstrem compatíveis), e não a sua segregação. Tal evolução não quer dizer uma renúncia ao planeamento, muito antes pelo contrário. Recordado a sapiência de Me-Ti: “Quando as cidades, construídas de acordo com uns planos, são horríveis, não são horríveis porque foram construídas com planos, mas sim porque foram construídas com planos horríveis”. São necessárias novas formas de planeamento, que incluam como elementos essenciais o projecto arquitectónico e a preocupação paisagística, que se preocupem mais com os processos de construção da cidade, que pela perseguição de uma imagem ou objectivo final. A evolução social e urbana deste início de século eleva ao paroxismo o diagnóstico do Manifesto de 1848: “tudo o que é sólido se desvanece no ar”. Neste contexto, o que deve ser fixo são os valores a defender – a equidade e a sustentabilidade – não os planos, os instrumentos ou as políticas.

Coesão: um lugar pode captar a luz

As actuais dinâmicas urbanas também têm relevantes consequências sobre duas questões estreitamente relacionadas: a coesão e a identidade. Consequências, em certa medida, paradoxais: se

² “Higienizar”, no sentido de qualificar e reabilitar (N. do T.).

as dinâmicas urbanas forem geridas de uma forma irrestrita pelas regras de mercado, estas tenderão, por um lado, a diferenciar os grupos sociais, e por outro a banalizar os lugares. A diferenciação dos grupos sociais, sendo inerente ao funcionamento dos sistemas económicos, surge exacerbada na cidade por intermédio do mercado do solo e residencial, que actua como um poderoso filtro segregador sobre os grupos no território, em função da sua capacidade aquisitiva. A banalização dos lugares é, por seu lado, o resultado da especialização funcional já anteriormente referida, e da transformação inculta e standardizada da cidade. Barcelona tem conseguido escapar-se relativamente bem de ambos os perigos (sem que se possa negar a persistência de conhecidas desigualdades sociais, nem obviar a existência de actuação urbanísticas e arquitectónicas bem discutíveis). O futuro da cidade depende, em grande medida, da sua capacidade de preservar a sua identidade e a sua coesão. Para Barcelona, a defesa da sua identidade – cultural, arquitectónica, política – é essencial para a liderança da Catalunha e para a integração, numa posição não subsidiária, nas redes mundiais. E. M. Forster, revoltado perante o impulso homogenizador do capitalismo então ascendente (“a vida, arreio do mundo, ver-se-á amalgamada”), reivindicava o papel do lugar na batalha contra a banalização: “um lugar, tal como uma pessoa, pode captar a luz (...) por forma a sempre ter cor; pode ser dor, mas será também cor, por entre o quotidiano cinzento”. Para continuar a ser sujeito, Barcelona tem que ser primeiramente lugar, e lugar significativo. Nestes lugares devem preservar-se e aprofundar-se os esforços para garantir a todos os cidadãos a maior igualdade de oportunidades possível no acesso à renda e aos serviços, não somente pela vontade de justiça social, mas também pela qualificação da cidade através da justiça social (desenvolvendo-se esta de uma forma mais segura, mais harmónica, mais integrada). O urbanismo resultante desta visão é aquele que considera o espaço público como o centro da vida urbana (e não um seu resíduo), que pugna pela convivência dos diferentes grupos sociais (e não por guetos), que premeia a reabilitação (e não a extensão ou a demolição), que utiliza projectos creativos e culturais como motor e catalizador. Identidade para sujeito, coesão como projecto.

Governação: a primazia da política

Compreenda-se assim que para fazer frente aos desafios com que Barcelona se enfrenta, há que deter valores, visão, planos e projectos, ou seja, vontade e acção política. As actuais dinâmicas urbanas, deixadas aos simples impulsos do mercado, não constróem cidade, apenas produzem urbanização. Para que haja cidade, para que haja um espaço harmónico de convivência de usos e de pessoas, é absolutamente necessária a intervenção política. Tornemos a Brecht: “as cidades nasciam sem norte nem centro, a uma casa se juntava outra, uma rua dava a outra rua, mas já há muito que havia construtores de cidades”. Sem a predominância dos valores colectivos sobre os particulares, sem política, não há cidade. O interesse que Barcelona hoje suscita deriva, em boa medida, de ter sido capaz de articular e levar a termo um projecto colectivo para a cidade. Tal é tanto mais notável pelo facto do projecto colectivo se ter desenvolvido num periodo em que a acção pública (e a sua política) são motivo de vaia e escárnio. Este projecto – que inclui luzes e sombras, mas mais luzes que sombras – tem-se mantido fortalecido pela continuidade de programas e ideias no governo da cidade desde a restauração da democracia municipal, contando com um consenso cidadão muito amplo. Perante o futuro, a defesa dos valores colectivos e dos consensos cidadãos é essencial. Não para esconder os conflitos, como refere Franceso Indovina: “a cidade de qualidade não é aquela que procura anular os seus conflitos – e perante esta quimérica via conseguir algum tipo de estabilidade – mas sim aquela que é capaz de gerir as contradições e resolvê-las em benefício da maioria da sua população, através de processos democráticos e projectos colectivos”. A cidade deverá, por conseguinte, dotar-se dos instrumentos adequados (entre os quais um sistema equilibrado de governo metropolitano) para fazer frente aos desafios colocados pela posição, pela forma, pela função e pela coesão. Para o fazer, deverá re-orientar e, em determinadas ocasiões, contradizer, actuações, interesses e tendências. Só assim, com visão e vontade política que faça prevalecer os interesses colectivos, se pode construir uma cidade que mereça esse nome. Barcelona tem dado boas mostras de tal empenho. Depende da nossa capacidade de perseverança que esta continue a ser, para muitos, a cidade da esperança.